CPIs da Enel na região ainda têm longo caminho pela frente

George Garcia

Com exceção da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Câmara de Santo André, que já apresentou relatório sobre a atuação da Enel na cidade, as outras quatro comissões, instaladas em Diadema, Mauá, São Caetano e Ribeirão Pires, ainda não concluíram os trabalhos. O grupo andreense terminou em fevereiro e o relatório foi protocolado no Ministério Público e no Tribunal de Contas do Estado, que ainda não se posicionaram.

A CEI de Diadema – na cidade as investigações parlamentares são denominadas de Comissão Especial de Inquérito – está com os trabalhos na fase final. O presidente da comissão, vereador Eduardo Minas (PROS), disse que o relatório está quase pronto e nos próximos dias deverá ser apresentado pelo relator, o vereador Ângelo Paulino da Silva, o Cabo Ângelo (PV).

Minas conta que a relatoria está quase fechada. “Vamos nos reunir para discutir o relatório final. Ouvimos muitas pessoas e o link ainda está disponível no site da Câmara para que as pessoas relatem os problemas com a Enel. Fizemos um trabalho muito detalhado e vamos elaborar um termo de compromisso para que a concessionária se comprometa a resolver os problemas apontados. Vamos chamar uma audiência para que a empresa assine esse documento se comprometendo a melhorar a vida das pessoas e o relacionamento com o cliente”, destaca o presidente da CEI, que espera concluir esse trabalho esse ano.

Todo tipo de problema

Em São Caetano, o resultado dos trabalhos também está em compilação para ser encaminhado para o relator da CPI, vereador Beto Vidoski (PSDB). O presidente da comissão, vereador César Oliva (PSD), diz que a comissão tem documentos que parametrizam a frequência de problemas, as quedas de energia na cidade e sobre a má prestação de serviços da companhia. “Tem de tudo, de corte indevido, contas altas e mau atendimento”, afirma.

Para Vidoski, o serviço de negociação da Enel é horrível e conta que na agência na avenida Goiás, as pessoas ficam horas à espera e não resolvem seus problemas. “Tivemos um caso de uma farmácia que mudou para a rua Santa Catarina, e a obra estava pronta há três meses e não podia ser inaugurada porque a Enel não fazia a ligação. Na pandemia, quando não era feita a leitura, pouca gente soube que poderia mandar foto do relógio para receber a conta. As pessoas ficaram sem conta por meses e depois veio a bomba, tudo de uma só vez, gerando inadimplência. A inflexibilidade da Enel beira a desumanidade”, comenta.

Segundo César Oliva, também da Comissão de São Caetano, a CPI seguiu o mesmo rito do Judiciário; prazos foram dados para respostas e manifestações da empresa. “Foi um trabalho minucioso e trabalhoso, mas o relatório deve estar pronto e encaminhado até o final do ano”, relata.

Em Mauá, os integrantes da CPI vão se reunir para pedir dilação de prazo para a continuidade dos trabalhos. O presidente da Câmara e membro da comissão, José Carlos da Silva Martins, o Zé Carlos Nova Era (PL), diz que essa semana a comissão irá pedir mais prazo. “Fizemos uma reunião e estamos aguardando para chamar uma audiência pública”, resume.

Luta

O presidente da CPI de Santo André, vereador Renato Barros Santiago Filho, o Renatinho do Conselho (Avante), diz que mesmo após sete meses de conclusão dos trabalhos a luta em relação a Enel continua. “Tenho a sensação de dever cumprido em relação aos trabalhos da CPI, porém não estou contente com o que acontece, pois o Ministério Público e o Tribunal de Contas ainda não se manifestaram e também continuamos cobrando a Alesp (Assembleia Legislativa de São Paulo); porque é que os deputados estaduais não abrem uma CPI, porque o problema não é só de Santo André ou do ABC, a Enel opera em 24 cidades da região metropolitana”, afirma.

Renatinho conta que na Câmara de Santo André, com a interferência do gabinete, conseguiram resolver 500 casos. “Outros não conseguimos resolver, como o de uma senhora idosa, que mora em um cômodo só e que tem uma dívida, segundo a Enel, de R\$ 2,9 mil. Está na cara que isso está errado, levamos o caso para a Ouvidoria e responderam que o pedido foi indeferido. O povo está sendo lesado”, completa.

O RD não conseguiu contato com o vereador Diogo Manera (PSDB), presidente da CPI da Enel em Ribeirão Pires.

Multa

Em agosto, a Enel foi multada pelo Procon Regional do ABC, em R\$ 3 milhões pela baixa qualidade dos serviços prestados no ABC. A empresa é líder de reclamações no órgão de defesa do consumidor ao ocupar posição que, por muitos anos, foi das empresas de telecomunicação. Na ocasião a empresa disse não saber desta multa. “A Enel Distribuição São Paulo informa que desconhece uma nova multa aplicada pelo Procon contra a empresa em 2022. Sobre a multa aplicada pelo órgão de defesa do consumidor em 2020, referente à prestação de serviço, a distribuidora recorreu à decisão”, informou em nota.

<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/3161038/cpis-da-enel-na-regiao-ainda-tem-longo-caminho-pela-frente/>

Veículo: Online -> Site -> Site Repórter Diário - Santo André/SP

Seção: Política